



Transmissora de Energia
Central Paulistana S.A.

Demonstrações Contábeis

TECP - Transmissora de Energia Central Paulistana S.A.

31 de dezembro de 2024
com Relatório do Auditor Independente

TECP - Transmissora de Energia Central Paulista S.A.

Demonstrações Contábeis

31 de dezembro de 2024

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis	3
Balanço patrimonial	7
Demonstração do resultado	8
Demonstração do resultado abrangente.....	9
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	10
Demonstração dos fluxos de caixa	11
Notas explicativas às demonstrações contábeis	12



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Verbo Divino, 1400, Conjunto Térreo ao 801 - Parte,
Chácara Santo Antônio, CEP 04719-911, São Paulo - SP
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo - SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

**Aos Administradores e Acionistas da
TECP - Transmissora de Energia Central Paulistana S.A.**
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da TECP - Transmissora de Energia Central Paulistana S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da TECP - Transmissora de Energia Central Paulistana S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principal assunto de auditoria

Principal assunto de auditoria é aquele que, em nosso julgamento profissional, foi o mais significativo em nossa auditoria do exercício corrente. Esse assunto foi tratado no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esse assunto.

Mensuração do ativo contratual da concessão

Veja as Notas 3.2 e 7 das demonstrações contábeis.

Principal assunto de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>O balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 apresenta o saldo do ativo contratual da concessão no montante de R\$ 12.565 mil, reconhecido em contrapartida a receita de construção da infraestrutura de transmissão e de remuneração do ativo contratual da concessão.</p> <p>A modelagem financeira utilizada na mensuração do ativo de contrato inclui, entre outros elementos, a determinação de custos e, conseqüentemente, as margens de lucratividade referentes a receita de construção, melhoria, operação e manutenção da infraestrutura de transmissão. Essas margens são calculadas com base nas características e na complexidade de cada contrato de concessão, incluindo a estimativa de recebimentos por meio da Receita Anual Permitida (RAP) do leilão e em relação aos custos para a construção, melhoria, operação e manutenção da infraestrutura de transmissão. Adicionalmente, devido à característica de longo prazo do ativo contratual da concessão, a modelagem financeira também inclui a determinação da taxa de desconto, que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimentos futuros provenientes da RAP.</p> <p>Devido à relevância do saldo do ativo contratual da concessão, a mensuração do ativo contratual da concessão foi considerada significativa para nossa auditoria.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:</p> <ul style="list-style-type: none">(i) Obtenção dos cálculos elaborados pela Companhia para mensuração do ativo contratual da concessão;(ii) Revisão da metodologia de cálculo utilizada para mensuração do ativo contratual da concessão, análise da consistência das premissas utilizadas no exercício corrente em relação às anteriormente definidas, e avaliação da taxa de desconto utilizada para determinação do componente de financiamento significativo do contrato de concessão;(iii) Por meio de base amostral, realizamos Inspeção documental dos custos incorridos durante o exercício, bem como, análise qualitativa das adições realizadas nos projetos de construção. <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos que a mensuração do ativo contratual da concessão, é aceitável no contexto das demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, tomadas em conjunto.</p>

Outros assuntos

Auditoria das demonstrações contábeis do exercício anterior

O balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2023 e as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa e respectivas notas explicativas para o exercício findo nessa data, apresentados como valores correspondentes nas demonstrações contábeis do exercício corrente, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório datado em 29 de Fevereiro de 2024, sem modificação.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aquele que foi considerado como mais significativo na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituiu o principal assunto de auditoria. Descrevemos esse assunto em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 25 de fevereiro de 2025

KPMG Auditores Independentes Ltda.

CRC 2SP-014428/O-6



Daniel A. da S. Fukumori

Contador CRC 1SP245014/O-2

TECP - Transmissora de Energia Central Paulista S.A.

Balanço patrimonial
Em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
<u>ATIVO</u>			
<u>CIRCULANTE</u>			
		52.584	748
Caixa e equivalentes de caixa	4	24	1
Investimentos de curto prazo	5	45.453	502
Concessionárias e permissionárias	6	6.735	245
Impostos a recuperar		301	-
Adiantamento a fornecedores		27	-
Outros ativos		44	-
<u>NÃO CIRCULANTE</u>			
		12.654	54
Ativo contratual da concessão	7	12.565	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8	89	54
TOTAL DO ATIVO		65.238	802
<u>PASSIVO</u>			
<u>CIRCULANTE</u>			
		5.008	406
Salários, férias e encargos sociais		478	-
Fornecedores	9	3.200	381
Debêntures	10	170	-
Tributos e contribuições sociais a recolher		858	24
Outros passivos		302	1
<u>NÃO CIRCULANTE</u>			
		57.153	501
Debêntures	10	49.895	-
Encargos regulatórios		27	1
Adiantamento para futuro aumento de capital	11	6.030	500
Contribuições diferidas	12	1.162	-
Outros passivos		39	-
<u>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>			
		3.077	(105)
Capital social	13.a	2	2
Reservas de lucros	13.b	3.075	-
Prejuízos acumulados	13.b	-	(107)
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		65.238	802

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

TECP - Transmissora de Energia Central Paulista S.A.

Demonstrações dos resultados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Receita de operação e manutenção		8.588	218
Receita de implantação de infraestrutura		11.265	-
Remuneração ativo contratual da concessão		94	-
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	14	19.947	218
CUSTOS OPERACIONAIS			
Custo de infraestrutura	15	(8.231)	-
Custo dos serviços prestados	16	(6.313)	(381)
LUCRO (PREJUÍZO) BRUTO		5.403	(163)
DESPESAS OPERACIONAIS			
Administrativas e gerais		(550)	-
Pessoal		(364)	-
		(914)	-
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		4.489	(163)
Despesas financeiras	17	(321)	-
Receitas financeiras	17	591	2
		270	2
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		4.759	(161)
Imposto de renda e contribuição social correntes	18	(1.612)	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8 e 18	35	54
		(1.577)	54
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO		3.182	(107)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

TECP - Transmissora de Energia Central Paulista S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

	31/12/2024	31/12/2023
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO	3.182	(107)
Outros resultados abrangentes	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO	3.182	(107)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

TECP - Transmissora de Energia Central Paulista S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

Descrição	Reservas de lucros				Total
	Capital social	Reserva Legal	Reserva de lucros a realizar	Lucros (Prejuízos) acumulados	
Constituição da Companhia, capital inicial em 05 de janeiro de 2023	2	-	-	-	2
Prejuízo do período de 05 de janeiro de 2023 até 31 de janeiro de 2023	-	-	-	(107)	(107)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	2	-	-	(107)	(105)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	3.182	3.182
Destinação do lucro líquido:					
Reserva legal	-	1	-	(1)	-
Reservas de lucros a realizar	-	-	3.074	(3.074)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	2	1	3.074	-	3.077

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

TECP - Transmissora de Energia Central Paulista S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		4.759	(161)
Itens que não afetam caixa e equivalentes de caixa			
Encargos de dívidas (Inclui variações monetárias líquidas)	10.c	2.618	-
Receita de aplicações financeiras		(2.567)	(2)
Contribuições diferidas		1.162	-
Demais itens que não afetam caixa		1	-
		5.973	(163)
Aumento no ativo			
Concessionárias e permissionárias	6	(6.490)	(245)
Impostos a recuperar		(301)	-
Ativo contratual da concessão	7	(12.565)	-
Adiantamento a fornecedores		(27)	-
Outros ativos		(44)	-
		(19.427)	(245)
Aumento no passivo			
Fornecedores	9	2.819	381
Salários, férias e encargos sociais		478	-
Tributos e contribuições sociais a recolher		(231)	24
Outros passivos		365	2
		3.431	407
Imposto de renda e contribuição social recolhidos		(547)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais		(10.570)	(1)
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Resgates de investimento de curto prazo		18.374	-
Aplicações em investimento de curto prazo		(60.758)	(500)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		(42.384)	(500)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos			
Aumento de capital		-	2
Adiantamento para futuro aumento de capital	11	5.530	500
Captação de debêntures	10.c	50.000	-
Custos de captação a amortizar	10.c	(214)	-
Amortização e pagamento de juros de debêntures	10.c	(2.339)	-
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos		52.977	502
Aumento líquido no caixa e equivalentes de caixa		23	1
Demonstração do aumento em caixa e equivalentes de caixa			
Saldo no início do exercício		1	-
Saldo no final do exercício		24	1
Aumento líquido no caixa e equivalentes de caixa		23	1

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

1. Contexto operacional

A TECP - Transmissora de Energia Central Paulistana S.A. (“Companhia” ou “TECP”), com sede na Rua Gomes de Carvalho, nº 1996, 15º andar, conjunto 151, Sala K, Vila Olímpia, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP: 04547-006, foi constituída em 05 de janeiro de 2023.

A Companhia é diretamente controlada pela Alupar Investimento S.A.

A Companhia possui o direito de explorar, diretamente o seguinte contrato de concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica:

Contrato de concessão				
Número	Prazo (anos)	Vigência até	RAP (*)	Índice de correção
015/2023	30	2053	R\$ 83.112	IPCA

(*) A prestação do serviço de transmissão se dá mediante o recebimento de Receita Anual Permitida (RAP), a partir da data da disponibilização das instalações para a operação comercial e será reajustado anualmente no mês de julho de cada ano, pelo IPCA, sendo que está previsto contratualmente revisões da RAP para o 5º, 10º e o 15º ano do período de concessão. RAP do ciclo 2024-2025, conforme contrato de concessão nº 015/2023.

Em 22 de dezembro de 2023 o contrato de concessão nº 15/2023-ANEEL foi celebrado, tendo como objeto a concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica para atuar na SE 345-230/88-20 kV Centro, na implantação de novo serviço na subestação em 345 kV em barramento isolado (GIS), substituição do barramento GIS em 88 kV, implantação e substituição das transformações para 345-230/88 kV e 345-230/20-20 kV.

A TECP, a partir da data de celebração do contrato de concessão, é responsável pela operação e manutenção da SE Centro, desta forma e conforme definido no contrato de concessão, a Companhia possui direito à parcela de RAP, a ser realizada a partir do ciclo 2024/2025, equivalente a 11,84% da RAP total do contrato de concessão.

A Companhia terá direito ao percentual restante da RAP mediante a implantação citada acima, devendo entrar em operação comercial total até dezembro de 2028.

O Contrato de Concessão estabelece que a extinção da concessão determinará a reversão ao poder concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos e avaliações, bem como à determinação do montante da indenização devida à transmissora, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. A metodologia aplicada à valorização desses ativos encontra-se divulgada na nota explicativa “Ativo contratual da concessão”.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram autorizadas para emissão pela Diretoria em 25 de fevereiro de 2025.

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”) e em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2. Base de preparação e apresentação

As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo, quando requerido pelas normas contábeis.

2.3. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas em milhares de Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

2.4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações contábeis da Companhia requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes. A liquidação das transações que envolveu estas estimativas pode divergir significativamente dos valores registrados nas demonstrações contábeis.

Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. Essas estimativas e premissas incluem: contabilização do contrato de concessão, momento de reconhecimento do ativo contratual, determinação da margem de lucro, determinação das receitas de implementação de infraestrutura e de operação e manutenção, determinação da taxa de juros de desconto do ativo contratual, constituição de ativo ou passivo fiscal diferido, análise do risco de crédito e de outros riscos para a determinação da necessidade de provisões, inclusive a provisão para riscos ambientais, fiscais, cíveis e trabalhistas.

2. Apresentação das demonstrações contábeis - Continuação

Contabilização de contrato de concessão

Na contabilização do contrato de concessão, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da administração, substancialmente, no que diz respeito a aplicabilidade da interpretação de contrato de concessão, determinação e classificação de receitas por obrigação de performance, entre receita de implementação da infraestrutura, receita de remuneração dos ativos de contrato e receita de operação e manutenção como ativo contratual.

Momento de reconhecimento do ativo contratual

A administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento do ativo contratual com base nas características econômicas do contrato de concessão, na medida em que satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão e na medida que incorre com gastos de operação e manutenção, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto. O ativo contratual é registrado em contrapartida a receita de infraestrutura, que é reconhecida na proporção dos gastos incorridos, observando as margens de construção. Após a assinatura do contrato de concessão inicia-se o reconhecimento da receita de O&M calculada levando em consideração os custos incorridos na realização da obrigação de desempenho, acrescidos de margem. A parcela do ativo contratual indenizável é identificada quando a implementação da infraestrutura é finalizada.

Determinação da margem de lucro

A margem de lucro é calculada para cada tipo de obrigação de performance

A margem de construção é determinada em função das características e complexidade dos projetos, bem como da situação macroeconômica nos quais os mesmos são estabelecidos, e consideram a ponderação dos fluxos estimados de recebimentos de caixa em relação aos fluxos estimados de custos esperados para os investimentos de implementação da infraestrutura. A margem de construção é revisada anualmente, na entrada em operação do projeto e/ou quando ocorrer indícios de variações relevantes na evolução da obra.

A margem de operação e manutenção da infraestrutura de transmissão é determinada em função da observação de receita individual aplicados em circunstâncias similares observáveis, nos casos em que a Companhia tem direito exclusivamente, ou seja, de forma separada, à remuneração pela atividade de operar e manter a infraestrutura de transmissão.

2. Apresentação das demonstrações contábeis - Continuação

Determinação da taxa de desconto do ativo contratual

A taxa aplicada ao ativo contratual reflete a taxa implícita do fluxo financeiro de cada empreendimento/projeto e considera a estimativa da Companhia para precificar o componente financeiro do ativo contratual na data do início do contrato de concessão em função das características macroeconômicas alinhadas a metodologia do Poder Concedente e a estrutura de custo capital individual dos projetos. Quando o Poder Concedente revisa ou atualiza a receita, por meio da Revisão Tarifária Periódica – RTP, que a Companhia tem direito a receber, o valor contábil do ativo contratual é ajustado para refletir os fluxos revisados, sendo o ajuste reconhecido como outras receitas (despesas) operacionais no resultado.

Determinação das receitas de implementação de infraestrutura

Quando a concessionária presta serviços de implementação da infraestrutura, é reconhecida a receita de infraestrutura pelo valor justo e os respectivos custos relativos aos serviços de implementação da infraestrutura à medida que são incorridos, adicionados da margem estimada para cada empreendimento/projeto.

Determinação das receitas de operação e manutenção

Quando a concessionária presta serviços de operação e manutenção, é reconhecida a receita pelo preço justo preestabelecido considerando a margem de operação e manutenção, conforme contraprestação dos serviços.

PV (Parcela variável)

A Companhia dispõe de um percentual, apurado com base nas PV's históricas para cobrir os eventuais custos com perturbações no sistema elétrico.

3. Sumário das políticas contábeis materiais

3.1. Reconhecimento da receita

Os concessionários devem registrar e mensurar a receita dos serviços que prestam obedecendo aos pronunciamentos técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente e CPC 48 - Instrumentos Financeiros, mesmo quando prestados sob um único contrato de concessão. As receitas são reconhecidas quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de performance assumidas no contrato com o cliente, e somente quando houver um contrato aprovado; for possível identificar os direitos; houver substância comercial e for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito.

3. Sumário das políticas contábeis materiais - Continuação

As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos:

3.1.1 Receita de implantação de infraestrutura

Refere-se à receita relativa a obrigação de performance relacionada aos serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. Durante a fase de implantação, a receita é reconhecida pelo valor justo na proporção dos custos incorridos, corrigido pelo índice inflacionário e do diferimento de Programa de Integração Social - PIS, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS. Para estimar essa receita de Implantação de Infraestrutura, a Companhia utiliza um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, Poder Concedente) e considera questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação dos serviços, mesmo nos casos em que haja a terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra, além de determinadas despesas do exercício, por esse motivo os projetos embutem margem suficiente visando cobrir os custos em questão e também dos tributos e encargos regulatórios.

3.1.2 Receitas de remuneração dos ativos da concessão

Refere-se aos juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa implícita aplicada sobre o valor dos investimentos da infraestrutura de transmissão, e considera as especificidades de cada projeto de reforço, melhorias e de leilão. A taxa implícita busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, determinada na data de início do contrato de concessão. A taxa incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa.

3.1.3 Receitas de operação e manutenção

As receitas de operação e manutenção tem início após assinatura do contrato de concessão e são reconhecidas conforme parâmetros regulatórios definidos no contrato de concessão, as quais embutem margem suficiente para cobrir os custos dos serviços incorridos e também dos tributos e encargos regulatórios.

As receitas com implementação da infraestrutura, receita de remuneração dos ativos de concessão e de operação e manutenção estão sujeitas a correção monetária pela variação do IPCA e ao diferimento de Programa de Integração Social - PIS, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, registrados no passivo circulante e não circulante.

3.1.4 Receitas de juros

A receita de juros decorrente de aplicações financeiras é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, pelo prazo decorrido, sobre o valor do principal investido.

3. Sumário das políticas contábeis materiais - Continuação

3.2. Ativo contratual da concessão

Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação da infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação e manutenção) durante determinado prazo. A transmissora de energia é remunerada pela disponibilidade da infraestrutura durante o prazo da concessão.

O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. Ocorre a cessão de posse desses bens, que são operados nas condições previstas no contrato de concessão, para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo contrato.

O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês é transferida para a conta Concessionárias e permissionárias.

O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é estimado o início da concessão ou em eventual prorrogação, sendo formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros, sendo as premissas de sua mensuração revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP).

Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizados (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão. Este fluxo de recebimentos é (i) remunerado pela taxa implícita que representa o componente financeiro do negócio, estabelecida no início do projeto da Companhia, que é 7,01% a.a; e (ii) atualizado pelo IPCA.

A remuneração recebida ou a receber é alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente. Os ativos da concessão são classificados como:

3. Sumário das políticas contábeis materiais - Continuação

Contas a receber da Concessão - Concessionárias e permissionárias

A partir da assinatura do contrato de concessão e após o término da fase de construção, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, mensalmente, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro ao custo amortizado, é registrada em concessionárias e permissionárias, pois nada mais além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros.

3.3. Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Investimentos de curto prazo são classificados como “valor justo por meio do resultado”.

Os ativos financeiros foram avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável ao final do exercício. Uma perda por redução ao valor recuperável é registrada quando houver evidência objetiva de perda após seu reconhecimento inicial.

3.4. Provisão para redução ao valor de ativos

A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia não identificou nenhum indicador, por meio de informações extraídas de fontes internas e externas, relacionado a perdas por redução ao provável valor de recuperação dos ativos.

3.5. Passivos financeiros

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. Após o reconhecimento inicial, debêntures contraídas sujeitas a juros são mensuradas subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

3.6. Instrumentos financeiros – Apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial somente se houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3. Sumário das políticas contábeis materiais - Continuação

3.7. Encargos regulatórios

Os encargos regulatórios de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e Ministério de Minas e Energias (MME), são programas de reinvestimento exigidos pela ANEEL para as concessionárias transmissoras e geradoras de energia elétrica, que estão obrigadas a destinar 1% de sua receita operacional líquida para esses programas. E os valores da Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE), são incidentes sobre a transmissão de energia elétrica e são equivalentes a 0,4% da RAP. Estes saldos estão refletidos no passivo circulante e não circulante na rubrica “Contribuições e encargos regulatórios diferidos”, conforme período previsto para a realização dos investimentos.

3.8. Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, cuja liquidação seja considerada como mais provável e seu montante possa ser estimado de forma confiável.

3.9. Tributação

3.9.1. Tributos sobre a receita

As receitas da Companhia estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Programa de Integração Social (PIS) - 1,65%
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) – 7,6%

3.9.2. Imposto de renda e contribuição social correntes

O Imposto de renda e a Contribuição social da Companhia são calculados pelo regime do lucro real.

3.9.3. Imposto de renda e contribuição social diferidos

Tributos diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações contábeis e os usados para fins de tributação. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

3. Sumário das políticas contábeis materiais - Continuação

3.10. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2024

A Companhia adotou a partir de 1º janeiro de 2024 as normas abaixo, entretanto, não houve impacto relevante nas demonstrações contábeis:

- Classificação de passivos como circulante ou não circulante com Covenants - alterações ao CPC 26 (IAS 1));
- Alterações ao CPC 06 (IFRS 16) Passivo de Locação em uma operação de Sale and Leaseback;
- Divulgações sobre acordos de financiamento de fornecedores (“Risco Sacado”) - Alterações ao CPC 03 (IAS 7) e CPC 40 (IFRS 7).

3.11. Normas emitidas ou alteradas, mas ainda não vigentes

Atualmente, o CPC trabalha com a emissão de novos pronunciamentos e revisão de pronunciamentos existentes. Dentre eles entrará em vigência em 1º de janeiro de 2027:

- IFRS 18 - Apresentação e divulgação em demonstrações financeiras, emitida em 9 de abril de 2024, que entrará em vigor para os exercícios iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2027, a Companhia espera impactos substanciais na elaboração da Demonstração de Resultado e da Demonstração dos Fluxo de Caixa e irá aguardar orientações do CPC para aplicação dessa norma.

A Companhia está avaliando os impactos da adoção desse novo pronunciamento e não espera efeitos materiais em suas demonstrações contábeis, quando esse estiver em vigor.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2024	31/12/2023
Caixa e equivalente de caixa:		
Numerário disponível	24	1
	<u>24</u>	<u>1</u>

5. Investimentos de curto prazo

	31/12/2024	31/12/2023
<u>Investimentos de curto prazo</u>		
Aplicações financeiras em fundo de investimentos	45.453	502
	45.453	502

As aplicações financeiras mantidas em fundo de investimentos STA Energia, que tem característica de renda fixa e possui remuneração pela variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, em média, a 101,16% do CDI em 31 de dezembro de 2024 (101,12% em 31 de dezembro de 2023).

6. Concessionárias e permissionárias

	31/12/2024	31/12/2023
<u>Concessionárias e permissionárias</u>		
Encargos de uso da transmissão faturados	6.735	245
	6.735	245

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, nenhuma provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída, em decorrência da não apresentação de histórico de perdas e/ou expectativas de perdas nas contas a receber, da avaliação e monitoramento do risco de crédito tendo em vista que os recebíveis são garantidos por meio do Operador Nacional do Sistema (ONS).

7. Ativo contratual da concessão

Movimentação do contas a receber ativo contratual	
Saldo em 31 de dezembro de 2023 - Ativo contratual	-
Receita de operação e manutenção (nota 14)	9.636
(-) Parcela variável (nota 14)	(113)
Remuneração do ativo de concessão (nota 14)	104
Receita de infraestrutura (nota 14)	12.490
Recuperação do ativo financeiro (recebimentos)	(9.552)
Saldo em 31 de dezembro de 2024 - Ativo contratual	12.565
Ativo contratual da concessão - não-circulante	12.565
	12.565

7. Ativo contratual da concessão - Continuação

O Ativo contratual da concessão inclui os valores a receber decorrentes da implantação de infraestrutura, da receita de remuneração dos ativos de concessão e da operação e manutenção, bem como o valor do ativo indenizável, referente ao montante que o concessionário terá direito quando do término do contrato de concessão.

As contabilizações de adições subsequentes ao ativo contratual somente ocorrerão quando da implantação da infraestrutura relacionada com ampliação/melhoria/reforço da infraestrutura que represente potencial de geração de receita adicional.

8. Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos, decorrem de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, reconhecidos com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final do exercício.

	31/12/2024		31/12/2023	
	Imposto de renda diferido	Contribuição social diferida	Imposto de renda diferido	Contribuição social diferida
Ativo fiscal diferido				
Diferido do ativo contratual	1.162	1.162	-	-
Outros	197	193	-	-
Subtotal	1.359	1.355	-	-
Passivo fiscal diferido				
Diferimento do lucro da construção conforme art. 84 inciso II IN nº 1515/14	(3.040)	(3.040)	-	-
Diferido do ativo contratual	4.134	4.134	-	-
Subtotal	1.094	1.094	-	-
Prejuízo Fiscal / Base Negativa	-	-	(161)	(161)
Base de cálculo	(265)	(261)	(161)	(161)
Alíquota aplicada	25%	9%	25%	9%
Total IRPJ e CSLL diferidos	(66)	(23)	(40)	(14)
Total IR e CS alíquota aplicada		(89)		(54)

8. Imposto de renda e contribuição social diferidos - Continuação

A movimentação do imposto diferido se deu conforme a seguir:

	Lucro Real		
	Dezembro	Movimentação no resultado	Dezembro
	2023		2024
Imposto de renda diferido	(40)	(26)	(66)
Contribuição social diferida	(14)	(9)	(23)
	(54)	(35)	(89)

A Companhia tem a expectativa de realização dos saldos ativos diferidos sobre base de prejuízo fiscal até o exercício de 2025 a partir da evolução da implantação de infraestrutura. A depender da atualização do CAPEX que será revista trimestralmente.

9. Fornecedores

O saldo do contas a pagar a fornecedores da Companhia representa obrigações com fornecedores de serviços tomados no curso normal do negócio, que será liquidado no período de 12 meses. Adicionalmente, a Companhia não realiza nenhuma operação de "forfait" para viabilizar o pagamento dos seus credores. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possui o montante em aberto com fornecedores de R\$ 3.200 (R\$ 381 em 31 de dezembro de 2023).

10. Debêntures

a. O saldo de debêntures é composto da seguinte forma:

Vencimento	(% a.a.) Taxa efetiva	Circulante			Não circulante		
		Encargos	Custo a amortizar	31/12/2024	Principal	Custo a amortizar	31/12/2024
15/06/2027	CDI + 0,62%	240	(70)	170	50.000	(105)	49.895
		240	(70)	170	50.000	(105)	49.895

Em 15 de junho de 2024, a Companhia realizou a 1ª Emissão de Debêntures não conversíveis em ações, cujo valor total foi R\$ 50.000. Emissão em série única, com garantia fidejussória adicional e o agente de liquidação é a Vórtx Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. As debêntures emitidas têm o prazo de vencimento de 3 anos contados da data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de dezembro de 2027, ressalvados os Eventos de Vencimento Antecipado e as Hipóteses de Resgate antecipadamente e aquisição facultativa com cancelamento da totalidade das Debêntures, conforme previstas na Escritura. A amortização do principal acontecerá em parcela única na data de vencimento.

10. Debêntures - Continuação

A Administração da Companhia mantém o acompanhamento de todas as cláusulas quantitativas e qualitativas definidas na escritura de emissão. Em 31 de dezembro de 2024, todas essas obrigações especificadas foram cumpridas.

b. Em 31 de dezembro de 2024, as parcelas relativas as debêntures têm os seguintes vencimentos:

	2025	2026	2027	Total
1ª Emissão de Debêntures Simples	240	-	50.000	50.240
Debêntures - Custo de Captação	(70)	(70)	(35)	(175)
	170	(70)	49.965	50.065

Todos os recursos obtidos com as debêntures foram destinados à finalidade contratualmente prevista, ou seja, foram utilizados na implantação do empreendimento.

c. As movimentações de debêntures são compostas da seguinte forma:

Moeda nacional e estrangeira	Saldo inicial	Ingresso de	Provisão de	Custo a	Amortização do encargos	Amortização do custo de	Saldo final
Instituições financeiras / credores	31/12/2023	dívidas	encargos	amortizar		captação	31/12/2024
Debêntures							
1ª Emissão de Debêntures Simples	-	50.000	2.579	(214)	(2.339)	39	50.065
	-	50.000	2.579	(214)	(2.339)	39	50.065

11. Adiantamento para futuro aumento de capital

Em dezembro de 2023 os acionistas da Companhia efetuaram aporte a título de adiantamento para futuro aumento de capital no montante total de R\$ 500.

Em janeiro e maio de 2024 a Controladora (Alupar) efetuou aportes a título de adiantamento para futuro aumento de capital nos montantes de R\$ 1.699 e R\$ 3.827, respectivamente.

Em janeiro e maio de 2024 a Acionista Mercury efetuou aportes a título de adiantamento para futuro aumento de capital nos montantes de R\$ 2 e R\$ 2, respectivamente.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possui o montante em aberto referente a adiantamento para futuro aumento de capital o valor de R\$ 6.030 (R\$ 500 em 31 de dezembro de 2023).

12. Contribuições diferidas

	31/12/2024
Passivo não circulante	1.162
Pis Diferido	207
Cofins Diferido	955
	1.162

O diferimento das contribuições é relativo às receitas de implementação da infraestrutura e remuneração do ativo da concessão apurada sobre o ativo contratual e registrado conforme competência contábil. O recolhimento ocorre à medida dos faturamentos mensais.

13. Provisões para contingências

O cálculo dos valores a serem provisionados toma como base, os valores em risco constantes do parecer dos advogados externos e internos responsáveis pela condução dos processos e julgamento de nossa administração, de modo que são provisionados os valores relativos às demandas que entendemos terem probabilidade de perda provável.

A administração da Companhia leva em consideração, para explanação pormenorizada em Nota Explicativa, as demandas jurídicas, administrativas e arbitrais cujo valor em risco da causa supere R\$1.000 e/ou sejam significantes para o negócio da Companhia, tais como ações civis públicas, independentemente do valor em risco.

Não constam das notas explicativas as demandas jurídicas, administrativas e arbitrais classificadas com probabilidade de perda remota.

- (A) **PERDA PROVÁVEL:** Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 a Companhia não possui processos com classificação provável de perda, e que na avaliação da administração da Companhia, sejam consideradas relevantes para o negócio.
- (B) **PERDA POSSÍVEL:** Embora tais processos não sejam provisionados pela Companhia e/ou suas controladas, merecem destaques as seguintes demandas, classificadas como probabilidade possível de perda:
- (i) **Demandas Tributárias:** A Companhia possui 01 (um) processo administrativo de natureza tributária com valor em risco de R\$ 159. (Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não possuía processo desta mesma natureza com probabilidade de perda classificada como possível).
 - (ii) **Demandas Cíveis/Trabalhistas/Ambientais/Regulatórias:** não existem demandas judiciais, administrativas ou arbitrais dessas naturezas com probabilidade de perda classificada como possível.

14. Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o capital social subscrito da Companhia é de R\$ 2, representado por 1.607 ações ordinárias todas nominativas, sem valor nominal.

A composição acionária da Companhia em 31 de dezembro de 2024 é a seguinte:

	31/12/2023 e 31/12/2024	
	Quantidade	%
Acionistas		
Alupar Investimento S/A	1.606	99,94%
Mercury Investiments Participações S.A.	1	0,06%
Total das ações	1.607	100%

b. Reserva legal

A reserva legal é calculada com base em 5% do lucro líquido conforme previsto na legislação em vigor, limitada a 20% do capital social.

Destinação do resultado	31/12/2024	31/12/2023
Prejuízo/Lucro líquido do exercício	3.182	(107)
(*) Constituição de reserva legal (5%)	(1)	-
Subtotal	3.181	(107)
Absorção do prejuízo	(107)	-
Reservas de lucros a realizar	(3.074)	-
Saldo de prejuízos acumulados	-	(107)

A composição das reservas de lucros em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é a seguinte:

Reservas de lucros	31/12/2024	31/12/2023
Reserva Legal	1	-
Reserva de lucros a realizar	3.074	-
Prejuízos acumulados	-	(107)
Saldo de reservas de lucros / prejuízos acumulados	3.075	(107)

Reserva de lucros a realizar

Essa parcela advém substancialmente da contabilização de ativos e passivos, cujos prazo de realização financeira ocorrerão em exercícios futuros. Dessa forma, os valores mantidos nessa rubrica serão distribuídos conforme deliberação dos Acionistas e realização financeira do saldo de ativo contratual e, conseqüente geração de caixa pela Companhia.

15. Receita operacional líquida

A receita operacional líquida é composta da seguinte forma:

	31/12/2024	31/12/2023
Receita operacional bruta	22.117	245
Receita de operação e manutenção (nota 7)	9.636	245
(-) Parcela variável (nota 7)	(113)	-
Receita de infra-estrutura (nota 7)	12.490	-
Remuneração do ativo de concessão (nota 7)	104	-
Deduções da receita operacional	(2.170)	(27)
Programa de Integração Social - PIS	(366)	(4)
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	(1.681)	(20)
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	(34)	(1)
Fundo nacional de desenvolvimento científico e tecnológico - FNDCT	(34)	(1)
Ministério de minas e energia - MME	(17)	-
Taxa de fiscalização	(38)	(1)
Receita operacional líquida	19.947	218

16. Custo de infraestrutura

	31/12/2024
Custo de infraestrutura	
Pessoal	(39)
Material	(5.805)
Serviços de terceiros	(1.771)
Seguros	(310)
Tributos	(124)
Receitas financeiras	2.143
Despesas financeiras	(2.273)
Custo de empréstimos capitalizados	(34)
Outros	(18)
Total custo de infraestrutura	(8.231)

17. Custo dos serviços prestados

	31/12/2024	31/12/2023
Custos dos serviços prestados		
Pessoal	(2.311)	-
Material	(150)	-
Serviços de terceiros	(3.761)	(381)
Aluguéis	(38)	-
Seguros	(46)	-
Outros tributos e taxas	(4)	-
Outros	(3)	-
Total custos dos serviços prestados	(6.313)	(381)

18. Receitas financeiras

	31/12/2024	31/12/2023
Receitas financeiras	591	2
(*) Receita de aplicações financeiras	395	2
Atualização monetária ativa	196	-
Despesas financeiras	(321)	-
Encargos sobre empréstimos e financiamentos	(306)	-
Custos de captação de dívida amortizado	(5)	-
Atualização monetária	(1)	-
Outros	(9)	-
Total líquido	270	2

(*) Receita de aplicações financeiras líquida de impostos

19. Imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social apurados no regime do lucro real e debitada em resultado é demonstrada como segue:

19. Imposto de renda e contribuição social - Continuação

	31/12/2024		31/12/2023	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Tributos correntes lucro real:				
Lucro societário antes do IR e CS	4.759	4.759	(161)	(161)
Ativo Financeiro Realizado artigo 84	3.239	3.239	-	-
Receita Remuneração da Concessão - Art. 84 ir	(200)	(200)	-	-
Ativo contratual CPC 47	(2.907)	(2.907)	-	-
(+) Outros	135	135	-	-
Lucro (Prejuízo) Fiscal	5.026	5.026	(161)	(161)
(-) Compensação de Prejuízos Fiscais	(161)	(161)	-	-
Base de cálculo do IRPJ e da CSLL	4.865	4.865	(161)	(161)
Alíquota	15%	9%	15%	9%
Alíquota adicional IRPJ (exceder R\$240/ano)	10%	-	10%	-
	(1.192)	(438)	-	-
Outros	18	-	-	-
Total dos tributos correntes	(1.174)	(438)	-	-
Total dos tributos diferidos (nota 8)	26	9	40	14
Despesa total com tributos	(1.148)	(429)	40	14
Alíquota efetiva	33,14%		33,54%	

20. Instrumentos financeiros

a. Considerações gerais

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, cujos limites de exposição aos riscos de crédito são aprovados e revisados periodicamente pela Administração.

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, com valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado.

20. Instrumentos financeiros - Continuação

b. Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

	31/12/2024		31/12/2023		Mensuração do valor justo	Classificação por categoria
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo		
Ativo						
Caixa	24	24	1	1	-	Custo amortizado
Investimentos a curto prazo	45.453	45.453	502	502	Nível II	Valor justo por meio de resultado
Concessionárias e permissionárias	6.735	6.735	245	245	-	Custo amortizado
	52.212	52.212	748	748		
Passivo						
Fornecedores	3.200	3.200	381	381	-	Custo amortizado
Debêntures	50.065	50.065	0	0	-	Custo amortizado
	53.265	53.265	381	381		

c. Hierarquia do valor justo

Não houve reclassificação de categoria de instrumentos financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, não houve transferência entre avaliações de valor justo nível I e nível II, e nem transferência entre avaliações de valor justo nível III e nível II.

d. Riscos resultantes de instrumentos financeiros

Os principais fatores de risco inerentes às operações da Companhia podem ser assim identificados:

i. Risco de crédito

A Companhia mantém contrato com o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, concessionárias e outros agentes, regulando a prestação de seus serviços vinculados à rede básica a aproximadamente 1.685 usuários, com cláusula de garantia bancária. Não há risco de inadimplência, uma vez que as contas a receber da Companhia são garantidas pelo ONS.

ii. Risco de liquidez

A principal fonte de caixa da Companhia é proveniente de suas operações, principalmente do uso do seu sistema de transmissão de energia elétrica por outras concessionárias e agentes do setor. Seu montante anual, representado pela RAP vinculada às instalações de rede básica é definida, nos termos da legislação vigente, pela ANEEL.

20. Instrumentos financeiros - Continuação

iii. Risco de Preço

As receitas da Companhia são reajustadas anualmente conforme as cláusulas previstas no contrato de concessão, pelo IPCA, sendo sujeitas a revisão tarifária que ocorre a cada 5 anos, onde o regulador toma por base o custo da TJLP.

A Administração da Companhia não considera relevante sua exposição aos riscos acima e, portanto, não apresenta o quadro demonstrativo da análise de sensibilidade.

iv. Risco de interrupção do serviço

Em caso de interrupção do serviço, a Companhia estará sujeita a redução de suas receitas por meio da aplicação de algumas penalidades, dependendo do tipo, do nível e da duração da indisponibilidade dos serviços, conforme regras estabelecidas pelo órgão regulador. No caso de desligamentos prolongados, os efeitos podem ser relevantes.

v. Risco técnico

A infraestrutura da concessão é dimensionada de acordo com orientações técnicas impostas por normas locais e internacionais. Ainda assim, algum evento de caso fortuito ou força maior pode causar impactos econômicos e financeiros maiores do que os previstos pelo projeto original. Nesses casos, os custos necessários à recolocação das instalações em condições de operação devem ser suportados pela Companhia, ainda que eventuais indisponibilidades de suas linhas de transmissão não gerem redução das receitas (parcela variável).

e. Análise de sensibilidade

i. Análise de sensibilidade das aplicações financeiras

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações financeiras as quais a Companhia estava exposta na data-base de 31 de dezembro de 2024, foram definidos 5 cenários diferentes. Com base no relatório FOCUS de 31 de dezembro de 2024, foi extraída a projeção do indexadores SELIC/CDI e assim definindo-os como o cenário provável; a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50%.

20. Instrumentos financeiros - Continuação

Para cada cenário foi calculada a receita financeira bruta não levando em consideração incidência de impostos sobre os rendimentos das aplicações. A data base utilizada da carteira foi 31 de dezembro de 2024 projetando para um ano e verificando a sensibilidade do CDI com cada cenário.

Indexador	Posição em 31/12/2024	Projeção Receitas Financeiras - Um Ano					
		Cenário Provável	Risco de redução		Risco de aumento		
			Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)	
Investimento de curto prazo	CDI	45.453	13,38%	6,69%	10,04%	16,73%	20,07%
			6.082	3.041	4.563	7.604	9.122

ii. Análise de sensibilidade ao risco da taxa de juros

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador da dívida ao qual a Companhia estava exposta na data base de 31 de dezembro de 2024, foram definidos 05 cenários diferentes. Como cenário provável, o adotado pela Companhia, o IPCA projetado foi obtido por meio do relatório Focus do Banco Central de 31 de dezembro de 2024; a partir deste parâmetro foram calculados os cenários I e II com 25% e 50% de queda de risco e os cenários III e IV com 25% e 50% de elevação de risco respectivamente.

Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta não levando em consideração incidência de impostos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para um ano. A data base utilizada da carteira foi 31 de dezembro de 2024, projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

Taxa de Juros a.a.	Posição em 31/12/2024	Projeção Despesas Financeiras - Um Ano					
		Cenário Provável	Risco de redução		Risco de aumento		
			Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)	
1º Emissão de debêntures	CDI + 0,62%	50.065	13,38%	6,69%	10,04%	16,73%	20,07%
			7.051	3.681	5.368	8.738	10.421

21. Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. O quadro a seguir sumaria os riscos considerados e correspondentes valores da cobertura desses seguros em 31 de dezembro de 2024.

Risco/Objeto	Importância segurada	Prêmio	Término da vigência
Seguro Garantia	24.918	302	22/03/2029
Responsabilidade Operacional (Riscos N	37.108	54	30/06/2025
Responsabilidade Civil	10.000	7.208	30/06/2025
Total	72.026	7.564	

Patrícia Nalini Sávio Ferreira
Contadora - CRC 1 SP 237063/O-2